# COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO PROJETO DE LEI Nº 3.209, DE 2025

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO** 

Acrescenta §§ 3-A, 3-B e 3-C ao art. 26 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer carga horária mínima de educação física na educação básica.

Autora: Deputada HELENA LIMA

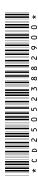
Relator: Deputado CAPITÃO ALDEN

Após criteriosa análise técnica e amplo debate com os membros deste colegiado, conclui-se que a redação originalmente proposta comporta aprimoramentos, tanto sob o ponto de vista legislativo quanto pedagógico, a fim de torná-la mais clara, objetiva e harmônica com a estrutura da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O mérito da proposição é inegável. O fortalecimento da educação física na educação básica representa medida essencial à formação integral do estudante, contribuindo para o desenvolvimento da saúde física e mental, da disciplina, da integração social e da consciência corporal, valores indispensáveis à consolidação de uma cidadania plena e participativa.

Durante as discussões realizadas na Comissão de Educação, em reunião extraordinária ocorrida no dia 22 de outubro de 2025, por volta das 11h46min, o Deputado Tarcísio Motta (PSOL-RJ) apresentou sugestão no sentido de substituir a criação dos §§ 3-A, 3-B e 3-C pela alteração direta do § 3º do art. 26 da LDB, proposta esta voltada a simplificar a estrutura normativa e aprimorar a clareza, a objetividade e a coerência do texto legal.





#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden - PL/BA

Reconhecendo a pertinência e a racionalidade técnica da sugestão apresentada, acolhemos a proposta no âmbito deste parecer, promovendo os ajustes necessários para preservar o conteúdo de mérito do projeto original, mas com melhor técnica legislativa e maior segurança jurídica.

Dessa forma, em vez de acrescentar novos parágrafos ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 1996, propomos a alteração direta do § 3º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola,								
é componente curricular obrigatório da Educação Básica, devendo								
ser	assegurada	а	prática	de	atividades	físicas	presenciais	
semanalmente, sendo facultativa ao aluno:								

......NR"

Com essa redação, assegura-se a obrigatoriedade da educação física como componente curricular essencial e a prática regular de atividades físicas presenciais, evitando a criação de dispositivos redundantes e garantindo a unidade da LDB.

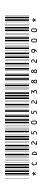
A emenda anteriormente apresentada permanece válida, devendo apenas ser ajustada para adequar a referência aos dispositivos suprimidos, substituindo-se a menção aos §§ 3-A, 3-B e 3-C por "§ 3° do art. 26". Assim, o art. 2° passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Além de quadras cobertas e polivalentes, as escolas que venham a ser construídas ou reformadas a partir da data de entrada em vigor do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, deverão conter, em seu projeto arquitetônico, espaço adequado à prática de, pelo menos, duas modalidades desportivas.

		NR"
		NID"

Dessa forma, preserva-se o mérito da proposição e garante-se clareza, concisão e coerência normativa, em conformidade com as boas práticas de técnica legislativa.





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.209, de 2025, com Emendas anexa.

Sala da Comissão, em

de

de 2025.

Deputado CAPITÃO ALDEN Relator





## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

## **PROJETO DE LEI Nº 3.209, DE 2025**

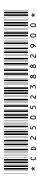
Altera o § 3º do art. 26 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar a atividades físicas prática de presenciais semanalmente na educação básica.

#### **EMENDA Nº**

O art.	1º do projeto de lei passa a te	r a seguinte red	ação:			
	"Art. 26					
"§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escol						
	componente curricular obriga	atório da Educa	ıção Básica,	devendo ser		
assegurada a prática de atividades físicas presenciais semanalmer						
	sendo facultativa ao aluno:					
				NR"		
	Sala da Comissão, em	de	de 2025.			

Deputado CAPITÃO ALDEN Relator





#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden - PL/BA

#### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

#### PROJETO DE LEI Nº 3.209, DE 2025

Altera o § 3º do art. 26 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar a prática de atividades físicas presenciais semanalmente na educação básica.

#### **EMENDA Nº**

O art. 2º do projeto de lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º Além de quadras cobertas e polivalentes, as escolas que venham a ser construídas ou reformadas a partir da data de entrada em vigor do § 3º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, deverão conter, em seu projeto arquitetônico, espaço adequado à prática de, pelo menos, duas modalidades desportivas



